

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

LEI Nº 4.590/2004

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE TREINAMENTO EM HIGIENE NO COMÉRCIO DE CARNES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É obrigatório para todos os trabalhadores que atuam no comércio de carnes, em qualquer fase da cadeia produtiva, do abate ao consumo, treinamento específico para executar práticas higiênicas, visando a preservação e qualidade dos produtos.

Art. 2º. A direção dos estabelecimentos de interesse à saúde deve tomar providências para que todos os trabalhadores, que manipulam, de forma direta ou indireta, o gênero alimentício alcançado por esta Lei recebam treinamento adequado e contínuo, a fim de levar conhecimento sobre os perigos e pontos críticos na cadeia produtiva que devem estar sobre controle para evitar contaminação.

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, regulamentar a presente Lei, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação, estabelecendo:

- I – tipificação dos estabelecimentos abrangidos;
- II – currículo e carga horária mínimos;
- III – critérios para homologar empresas ou entidades que oferecerão os treinamentos.

Art. 4º. Os trabalhadores descritos no art. 1º desta Lei deverão receber reciclagem a cada 02 (dois) anos.

Art. 5º. O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará as seguintes penalidades:

I – na primeira notificação, advertência estipulando o prazo de 30 (trinta) dias para que se iniciem as providências previstas no art. 2º;

II – na primeira reincidência, aplicação de multa no valor de 10 UFM (dez Unidades Fiscais do Município);

III – na segunda reincidência, serão acrescidos 10% (dez por cento) do valor da multa e suspensão do Alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 6º. Fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir de sua regulamentação, para que as empresas se adaptem às disposições da presente Lei.

Art. 7º. Todos os estabelecimentos abrangidos por esta Lei, segundo a tipificação a ser realizada pela Vigilância Sanitária, através de regulamentação prevista no caput do art. 3º, deverão colocar em local visível a presente norma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Art. 8º. A Vigilância Sanitária expedirá aos estabelecimentos, que se encontrarem rigorosamente em dia com as disposições desta Lei, certificado de qualidade com os seguintes dizeres: "Aqui se manipula carne com higiene, livre de contaminação!"

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS 31 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2004.

VICENTE DE FÁRIA PAIVA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS SHAGAS
Procurador Municipal